

## **Impactos sociais da inflação econômica no Brasil**

De acordo com a filósofa espanhola Adela Cortina, a crença de que pessoas pobres não merecem oportunidades e não fazem parte da sociedade por não contribuírem para a economia pode ser chamada de Aporofobia. Aplicando este conceito na realidade brasileira, pode-se enxergar a Aporofobia diversas vezes em crises e altas inflações, quando pessoas de situação socioeconômica crítica sentem mais o peso de tais crises, mas não conseguem sair da margem em que são deixadas, pois não recebem vagas de emprego com remunerações justas ou, nem as recebem.

Em primeiro plano, é notória a ausência de medidas estatais quando se trata de injustiça salarial. Segundo um dos fundadores da Sociologia, Karl Marx, em seu conceito de “mais-valia”, o trabalhador não é remunerado suficientemente pelo lucro que ele gera, existindo uma grande disparidade entre o trabalho executado e o salário recebido. De forma análoga a isso, nota-se o conceito de mais-valia enraizado na corporação tupiniquim, visto que o salário mínimo não cobre as necessidades do assalariado.

Além da desigualdade remuneratória, percebe-se também os elevados índices de desemprego. Economistas afirmam que em 2022 o Brasil obteve uma retração nas taxas de desocupados, porém, é o quinto país com mais desempregados, dentre 40 outros. Fica evidente então, que mesmo com uma melhora, existe muito o que progredir, observando que ainda existem mais de 30 milhões de pessoas em situação de fome, segundo o IBGE.

Portanto, para que não se perpetue a exclusão e marginalização de pessoas de baixas condições, é essencial medidas como o ajuste do salário mínimo, para que seja adequado à economia e inflação, leis trabalhistas, que amenizem a diferença entre o que é produzido e o que é recebido e projetos mais-empregos, visando ajudar no currículo quem deseja ser empregado. Tais medidas devem ser provenientes do Governo Federal e Poder Legislativo.